



CRENÇAS LINGUÍSTICAS SOBRE O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NO CURSO DE LETRAS

LINGUISTIC BELIEFS ABOUT THE ON THE TEACHING OF PORTUGUESE IN THE LITERATURE COURSE

Flávio Brandão Silva
brandao77@uol.com.br
Joyce Elaine de Almeida Baronas
joycealmeidabaronas@uol.com.br

Resumo: O estudo da Língua Portuguesa, em geral, ainda se ancora nos modelos normativos e metalinguísticos da gramática tradicional, pouco ajudando o aluno a desenvolver uma reflexão sobre a língua e suas estruturas. Tal panorama constitui um desafio a ser superado no processo de formação de professores. Assim, neste artigo, pretende-se apresentar uma avaliação da expectativa dos estudantes do curso de Letras, ao iniciarem seu percurso acadêmico. Dessa forma, o presente trabalho foi desenvolvido a partir da hipótese de que, para a maioria dos estudantes, o curso de Letras seria excessivamente purista em relação à língua e, portanto, este seria uma oportunidade para se apropriarem da norma-padrão, excluindo qualquer possibilidade de diversidade linguística. Participaram da pesquisa 48 estudantes do primeiro ano do Curso de Letras de uma universidade pública do Paraná, aos quais foi apresentada a seguinte questão: “Por que você escolheu o curso de Letras?”. Os resultados demonstraram que há uma tendência, entre os informantes, em se associar o estudo da Língua Portuguesa ao ensino de gramática normativa.

Palavras-chave: Crenças sobre a língua; Ensino de Língua Portuguesa; Normas linguísticas.

Abstract: *The study of Portuguese Language mostly still anchors in the normative and metalinguistic models of the traditional grammar, and this does not help the development of a reflection on the language and its structures. This constitutes a challenge to be overcome in the teacher training process. Thus, this research aims to evaluate the expectations of students of Portuguese Language and Literature Course when they begin their academic course. Thus, the present research was based on the hypothesis that, for the majority of the undergraduate students of Portuguese Language and Literature Course, the course would be excessively purist in relation to the language and, therefore, the course would be an opportunity to appropriate of the standard norm, excluding possibilities of linguistic diversity. A total of 48 students from the first year of the course at a public university from Paraná participated in this research, and they answered the following question: "Why did you choose the Portuguese Language and Literature Course?". The results showed that there is a tendency among the informants to associate the study of the Portuguese Language with the normative grammar.*

Keywords: *Beliefs about language. Teaching of Portuguese Language. Linguistic norms.*

1- Introdução

A ideia equivocada de que a Língua Portuguesa seja homogênea, não sujeita ao fenômeno da variação, leva a maioria dos brasileiros a acreditarem que não sabem falar a língua que efetivamente falam. Tal crença se fundamenta na premissa de que saber falar a língua seria utilizar a norma-padrão, o que, na prática, constitui tarefa realmente impossível, visto que tal norma é um

constructo teórico idealizado.

Diante dessa perspectiva, é importante que, durante sua formação, os estudantes de Letras, futuros professores, construam não só um arcabouço teórico-metodológico a respeito da variação linguística e sua inserção no ensino, mas que também acreditem na importância de um trabalho com a língua na perspectiva da diversidade linguística.

A partir desses apontamentos, o presente trabalho objetiva avaliar a expectativa dos alunos do curso de Letras, ao iniciarem seu percurso acadêmico, visto que, para a maioria dos que não fazem parte desse meio, o curso de Letras seria excessivamente purista em relação à língua, levando os alunos a se apropriarem da norma-padrão, excluindo qualquer possibilidade de estudo da diversidade linguística.

Para a realização desta pesquisa, aplicou-se um questionário a alunos do primeiro ano do curso de Letras de uma universidade pública do Paraná, os quais ingressaram na universidade, no ano letivo de 2018, buscando avaliar as expectativas deles em relação ao curso. Tal pesquisa se justifica pela necessidade de conhecer melhor a clientela com a qual se trabalha, a fim de realizar um trabalho calcado na realidade desse público, visto que, se o aluno acredita desconhecer sua língua, terá mais dificuldade para trabalhar com ela no seu futuro profissional, pois muitos dos alunos que ingressam o curso de Letras serão professores de Língua Portuguesa.

2- Pressupostos teóricos

2.1 Normas da língua

Na sociedade brasileira, podem-se constatar empiricamente variadas normas, visto que constituem possibilidades adequadas a determinados contextos; portanto, há a “norma de casa”, a “norma do emprego”, a “norma dos amigos”, e assim por diante. Pensando dessa forma, pode-se associar o conceito de norma à variação, dado que cada norma constitui uma variedade; desse modo, a norma culta faz parte de um conjunto composto de outras normas que representam as variedades do português do Brasil. A ideia de norma como uma variedade é apontada por Faraco (2017), no sentido geral. Segundo o autor, sob tal perspectiva, “norma equivale à variedade linguística - a toda e qualquer variedade da língua”. O autor ainda apresenta um sentido específico de norma: “norma equivale a um conjunto de preceitos que definem o chamado ‘bom uso’, o uso socialmente prestigiado” (FARACO, 2017, p. 12).

De acordo com Faraco (2004), a norma pode ser considerada um fator de identificação sociocultural. Diante disso, a norma culta da língua se destaca por ser a utilizada pelos grupos que

controlam o poder social. O autor esclarece a distinção entre norma culta e norma padrão, já que essas costumam ser confundidas, inclusive no meio acadêmico: a norma culta é a norma linguística praticada em determinadas situações (aquelas que envolvem certo grau de formalidade) por aqueles grupos sociais mais relacionados com a língua escrita, enquanto a norma padrão são as formas contidas e prescritas pelas gramáticas normativas. Pelo fato de esse padrão ter tido origem de um modelo lusitano praticado por alguns escritores portugueses, não há muita relação entre a norma padrão e o uso; dessa forma, o distanciamento entre a norma padrão e a realidade linguística brasileira dificultam a assimilação de tal norma por uma grande parcela da população do país. (FARACO, 2002)

A norma culta é a realizada pelos chamados “cultos”, ou seja, aqueles que compõem o português culto no Brasil, descrito pelo Projeto da Norma Urbana Linguística Culta (NURC). Cabe ressaltar que, segundo Preti (1997), ao início do projeto NURC, havia a expectativa de que, nas entrevistas, haveria uma fala muito monitorada, muito mais cuidada; entretanto, como resultado, houve uma quebra de tal expectativa, pois os entrevistados apresentaram uma norma denominada norma urbana comum. Tal norma comportaria, segundo o autor, “oposições, como a presença de uma sintaxe dentro das regras tradicionais da gramática, ao lado de discordâncias, de regências verbais de tendência uniformizadora, de colocações dos componentes da frase justificadas pelos elementos prosódicos, como no caso dos pronomes pessoais...” (PRETI, 2005)

Índice inequívoco dessas transformações culturais, a presença da linguagem oral comum, até em contextos de ensino, demonstra uma nova atitude lingüística, em que está implícita a rejeição do caráter normativo inflexível da tradição gramatical e a aceitação do caráter normal do uso vigente. Um dos índices mais expressivos desse processo democratizador da cultura e de sua representação na linguagem espontânea ocorre, em nível de léxico, com o uso crescente das formas gírias, nas mais variadas situações de interação, com os mais variados tipos de falantes (inclusive os cultos). Não estaríamos exagerando, se disséssemos que esse vocabulário se expandiu consideravelmente, na época contemporânea, surgindo inclusive em situações de interação formal e constituindo, hoje, uma marca representativa do léxico popular na linguagem urbana comum. (PRETI, 2005, p. 24-25)

Preti (2005) ainda esclarece que o que diferencia um falante culto de um falante não escolarizado seria a capacidade de adaptar-se a diferentes situações de interação. Enquanto o primeiro tem tal capacidade, o segundo se vê limitado em situações em que uma norma mais elaborada seria a adequada.

A norma padrão, segundo Faraco (2008), não constitui efetivamente uma variedade da língua, visto que é uma codificação relativamente abstrata. Trata-se de “uma baliza extraída do uso real para servir de referência”. No Brasil, a norma padrão é excessivamente artificial devido à artificialidade da própria origem, visto que, segundo Faraco (2008):

A codificação que se fez aqui, na segunda metade do século XIX, não tomou a norma culta/comum/standard (a linguagem urbana comum, nos termos de Preti, 1997) brasileira de então como referência. Bem ao contrário: a elite letrada conservadora se empenhou em fixar como nosso padrão certo modelo lusitano de escrita, praticado por alguns escritores portugueses do romantismo. (FARACO, 2008, p. 78)

Dessa forma, como aponta o autor, o modelo de padronização da Língua Portuguesa no Brasil foi tão artificial que não tomou nem a norma culta de Portugal como objeto modelar, mas algo extremamente elaborado por escritores portugueses do romantismo; além disso, não foi uma imposição portuguesa, mas foi elaborada por uma elite letrada do Brasil. Tais fatos contribuíram, pois, para o distanciamento entre a norma padrão e a norma culta do Brasil.

Cabe ainda ressaltar que se comparamos as normas populares com a norma padrão, o distanciamento ainda é maior, pois, como resalta Faraco (2008), a norma culta é a que mais se aproxima da norma padrão.

Os distanciamentos citados contribuem significativamente para uma sensação de “incapacidade” do povo brasileiro de saber falar a sua própria língua. Tal sensação decorre do fato de que, no imaginário dos próprios falantes da língua, falar Português seria falar conforme a norma padrão. Ou seja, a população crê que não sabe falar Português e essa crença resulta consequências de ordem linguística, social e pedagógica.

No que se refere à questão pedagógica, especificamente, é bastante frequente, no interior da própria escola, existirem crenças e atitudes linguísticas (tanto de professores quanto de estudantes) que relacionam o ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa com o estudo da norma padrão, cristalizada na gramática normativa.

Diante de tal panorama, é fundamental a inserção de uma verdadeira Pedagogia da Variação Linguística (Faraco, 2008), no processo de ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa, a fim de reverter crenças e atitudes equivocadas de que saber Português vincula-se especificamente ao domínio da norma padrão.

No entanto, o trabalho com a Pedagogia da variação exige um trabalho continuado em que a variação linguística não seja abordada como um conteúdo específico, como, normalmente, é proposto nos materiais didáticos, mas de maneira articulada com as práticas de oralidade, de escrita, de leitura e de análise linguística, de forma a se estabelecer no processo de ensino-aprendizagem.

2.2 Pedagogia da variação

O ensino de Língua Portuguesa deve apresentar como parâmetro uma concepção que privilegie, no processo de aquisição, o aprimoramento da língua materna, a história, o sujeito e o contexto, deixando de ser somente o repasse de regras ou mera nomenclatura da gramática tradicional, para oportunizar atividades escolares mais próximas das práticas sociais letradas e cidadãs.

Para Possenti (2004), há duas questões fundamentais que devem nortear o ensino da língua materna: a primeira seria a criação de medidas eficazes para a prática da leitura e da escrita; a segunda consistiria no estabelecimento de escalas quanto ao uso da norma culta, de forma que a escola apresente também outras possibilidades de realização da língua, mostrando, assim, que também a norma culta está sujeita à variação.

Castilho (2004), discutindo a relação ensino e variação, tece algumas críticas às abordagens pedagógicas centradas em concepções de linguagem simplistas e preconceituosas, que não levam o aluno a identificar a variabilidade da língua e restringem-se, basicamente, ao reforço da prescrição gramatical. Portanto, um processo de ensino-aprendizagem que tome como fundamento central as prescrições da gramática normativa tende a tornar artificial o conhecimento do estudante sobre a língua e, além disso, não contribui para uma reflexão sobre os diferentes usos linguísticos.

No entanto, as críticas de Castilho não sugerem que a escola deva excluir de suas práticas a reflexão gramatical ou o estudo da norma culta, pois, como esclarece Faraco (2008),

Refletir sobre a estrutura da língua e sobre seu funcionamento social é atividade auxiliar indispensável para o domínio fluente da fala e da escrita. E conhecer a norma culta/comum/standard é parte integrante do amadurecimento de nossas competências linguístico-culturais, em especial as que estão relacionadas à cultura escrita. (FARACO, 2008, p. 160).

Assim, é necessário que o ensino de Língua Portuguesa contemple o estudo da diversidade linguística, de forma que o aluno possa criar a consciência de que o sistema linguístico é variável e, por isso, dispõe de possibilidades de uso (registros mais formais e registros menos formais), que serão colocadas em prática nas diferentes situações de interação. Embora o tema da variação linguística esteja presente nas aulas de Português, sua abordagem, em geral, ocorre de maneira fragmentada, uma vez que, na maioria das vezes, o estudo da diversidade linguística se limita a uma unidade ou a um capítulo do livro didático e não de forma contínua e articulada no estudo das práticas de leitura, de escrita e de análise linguística, como já observou Silva (2017).

São muitos os esforços para que se desenvolva um ensino de Língua Portuguesa que não vise apenas à aquisição e ao estudo de formas de prestígio dominantes, mas também que permita valorizar outras variedades linguísticas. Dessa forma, aceitar a diversidade linguística na escola consiste na

aceitação da cultura e do falar próprio do aluno e do seu grupo social, ao lado das normas de prestígio, numa sociedade multicultural, formada por diferentes níveis sociais.

Os estudos sobre variação avançaram muito no meio acadêmico, de forma que não se concebem mais propostas estanques de abordagem da variação da língua. Ou seja, hoje em dia, é possível perceber que aulas isoladas sobre o tema ou unidades soltas em materiais didáticos não constituem propostas bem sucedidas no que diz respeito à abordagem sociolinguística, visto que resultariam apenas em aulas desvinculadas do ensino da língua e sua totalidade, podendo, inclusive, favorecer um olhar caricaturesco da língua, quando abordada sob um viés variacionista. Diante disso, Faraco (2008) aponta a necessidade de uma visão muito mais ampla no que diz respeito ao ensino da língua e propõe a “Pedagogia da variação linguística”. Segundo o autor:

[...] nosso grande desafio, neste início de século e milênio, é reunir esforços para construir uma pedagogia da variação linguística que não escamoteie a realidade linguística do país (reconheça-o como multilíngüe e dê destaque crítico à variação social do português); não dê um tratamento anedótico ou estereotipado aos fenômenos da variação; localize adequadamente os fatos da norma culta no quadro amplo da variação e no contexto das práticas sociais que a pressupõem; abandone criticamente o cultivo da norma-padrão; estimule a percepção do potencial estilístico e retórico dos fenômenos da variação. (FARACO, 2008, p.180)

A pedagogia da variação, proposta pelo autor, seria ainda capaz de combater os estigmas linguísticos e a violência simbólica, resultante das diferenças linguísticas. Nessa perspectiva, não haveria uma norma a ser abordada na escola, mas normas.

2.3 Crenças e Atitudes Linguística e ensino de Língua Portuguesa

Os estudos de crenças e atitudes, cuja origem se vincula às pesquisas em psicologia social, têm interessado diferentes áreas do conhecimento, dentre elas, a Antropologia, a Filosofia, a Linguística Aplicada, a Sociolinguística e a Educação. Na área de Sociolinguística, mais especificamente, em Sociolinguística Educacional, o referencial teórico de crenças e atitudes constitui uma importante contribuição para a discussão a respeito das relações entre variação linguística e ensino de Língua Portuguesa. Nesse sentido, os estudos de crenças e atitudes permitem verificar quais os julgamentos (positivos ou negativos), bem como os comportamentos que tanto professores quanto estudantes apresentam em relação à diversidade linguística e ao processo de ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa, de forma geral.

De acordo com Santos (1996), crença consiste numa espécie de convicção íntima que o sujeito assume frente a determinado fato. Em virtude de suas convicções o sujeito manifesta uma

reação, ou seja, uma atitude, a qual se apresenta como opinião ou sentimento em relação a uma pessoa, ou a situações diversas, como definiram Lambert e Lambert (1972).

Na mesma perspectiva de Santos (1996), Barcelos e Vieira-Abrahão (2006) entendem as crenças como uma forma de conceber o mundo, a partir das experiências e de interações do indivíduo com o grupo social. Nessa perspectiva, essa concepção de crença se expande, não se restringindo apenas ao individual, mas assumindo também uma natureza coletiva e contextual, pois as crenças “[...] nascem de nossas experiências e problemas, de nossa interação com o contexto e da nossa capacidade de refletir e pensar sobre o que nos cerca” (BARCELOS, 2004 *apud* SILVA, 2005, p. 69). Dada a sua dinamicidade, uma vez que podem ser alteradas e ressignificadas em virtude das experiências individuais e sociais, as crenças manifestam-se em atitudes.

A partir das investigações de Lambert (1967) e de Lambert (1972), os estudos sobre atitudes voltam-se para as chamadas “atitudes linguísticas”. Para Moreno-Fernández (1998), as atitudes expressam avaliações, positivas ou negativas, manifestadas pelo falante em relação à língua e aos diferentes usos. Assim, segundo Aguilera (2008), as atitudes positivas ou negativas em relação a determinadas variedades linguísticas utilizadas numa comunidade de fala sofrem a influência dos grupos sociais que apresentam maior prestígio e, por essa razão, estabelecem o que tem mais prestígio e *status*, “[...] uma vez que as normas e marcas culturais de um grupo se transmitem ou se sedimentam por meio da língua, atualizada na fala de cada indivíduo” (AGUILERA, 2008 p. 317).

No âmbito da Sociolinguística Educacional, destacam-se as contribuições de Taylor (1973), nos Estados Unidos, sobre os estudos de crenças e atitudes linguísticas voltados para o processo de ensino-aprendizagem. De acordo com o autor, muitos problemas enfrentados pelos professores no processo de ensino-aprendizagem, na sala de aula, estariam relacionados às suas atitudes diante de diferenças linguísticas e culturais.

No Brasil, foram pioneiras as pesquisas realizadas por Santos (1976/1996), que investigou as atitudes de estudantes cariocas de diferentes idades, níveis de ensino e níveis socioeconômicos, quanto à realização de variantes fonológicas, morfológicas e sintáticas do Português, que influenciam na aquisição da norma padrão, segundo indicado pelos professores desses estudantes.

Cyranka (2007) realizou estudo de crenças e atitudes linguísticas junto a estudantes e professores de escolas públicas e privadas e a estudantes concluintes do curso de Letras, na cidade de Juiz de Fora- MG. O objetivo da pesquisa consistiu em verificar como as crenças e atitudes linguísticas podem influenciar o desenvolvimento linguístico dos estudantes, tendo em vista a variedade linguística apresentada pela escola e outras variedades que lhes são familiares.

Silva (2017) investigou as crenças e atitudes linguísticas de professores de Língua Portuguesa que atuam no Ensino Médio, em escolas públicas do Estado do Paraná. De acordo com o autor, em geral, os professores apresentam um discurso de valorização da diversidade linguística no processo de ensino-aprendizagem. No entanto, suas atitudes mostraram que, na realidade, as práticas por eles realizadas na sala de aula ainda estão ancoradas numa concepção de ensino que privilegia a aquisição da norma padrão em detrimento a outras variantes. Além disso, na avaliação da maioria dos professores, ao concluir o Ensino Médio, não podem ser considerados, de fato, “proficientes” em sua língua materna, porque não dominam a norma culta. Essa informação é interessante, visto que, provavelmente, as crenças e atitudes dos professores, de alguma forma, podem influenciar as crenças dos estudantes sobre a língua.

Os trabalhos aqui citados demonstram a relevância dos estudos de crenças e atitudes linguísticas no ensino de Língua Portuguesa, já que permitem verificar como a avaliação positiva ou negativa em relação aos fatos da língua, sobretudo aqueles que evidenciam usos não prestigiados, pode influenciar no processo de ensino-aprendizagem. Especificamente, com relação a este trabalho, esses estudos ajudarão a compreender quais as expectativas dos estudantes que ingressaram no curso de Letras, no ano letivo de 2018. Será que esses estudantes, assim como outros, também trazem consigo a crença de que saber Português consiste na aquisição da norma padrão? É exatamente a essa questão que se pretende responder, a partir da apresentação dos dados que serão analisados e discutidos na seção a seguir.

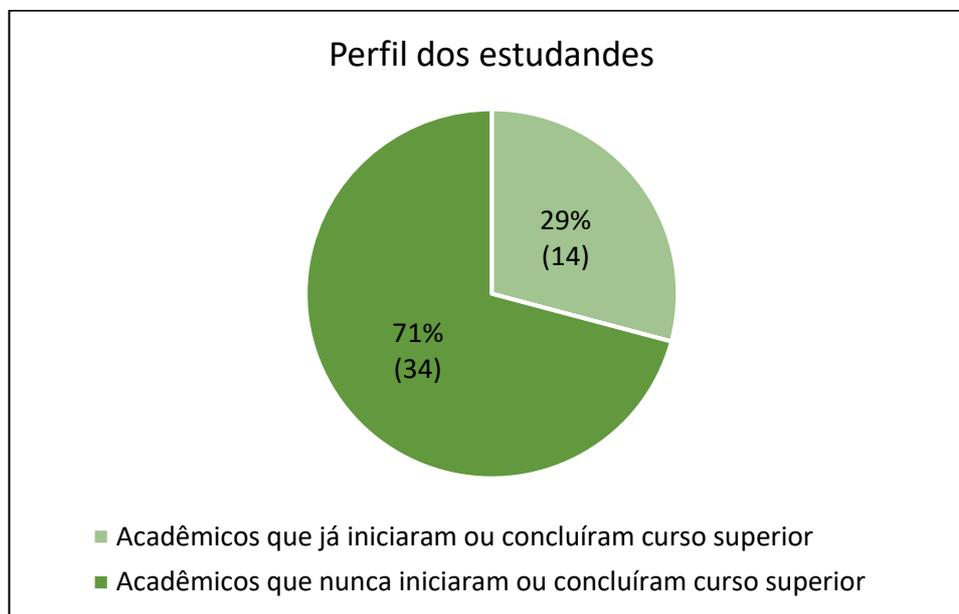
3- Análise

A realização desta pesquisa se deu a partir da hipótese de haver ainda uma visão bastante tradicional a respeito do perfil do profissional da área de Letras, dado o senso comum que leva as pessoas a considerarem que todo professor de Português sempre falaria conforme a norma-padrão, o que faz com que a fala desse profissional seja tomada como o exemplo de purismo e de perfeição dos usos da língua. Essa visão relativamente equivocada, na maioria das vezes, faz com que muitas pessoas tenham receio de conversar com tais profissionais, pelo fato de considerarem sua própria fala errada, ou por acreditarem que não sabem falar o Português, esperando inclusive correções por parte desse profissional em qualquer situação de interação verbal.

Participaram desta pesquisa 48 estudantes que ingressaram no primeiro ano do curso de Letras de uma universidade pública do Estado do Paraná, em 2018, dos quais 23 estudantes são do período vespertino e 25 do período noturno. Dentre os informantes, somente 29% (14) relataram já

ter iniciado ou concluído curso superior, enquanto a maioria 71%, que equivale a 34 informantes, nunca iniciaram ou concluíram uma graduação antes, conforme apresentado no gráfico a seguir:

Gráfico 1 – Perfil dos estudantes

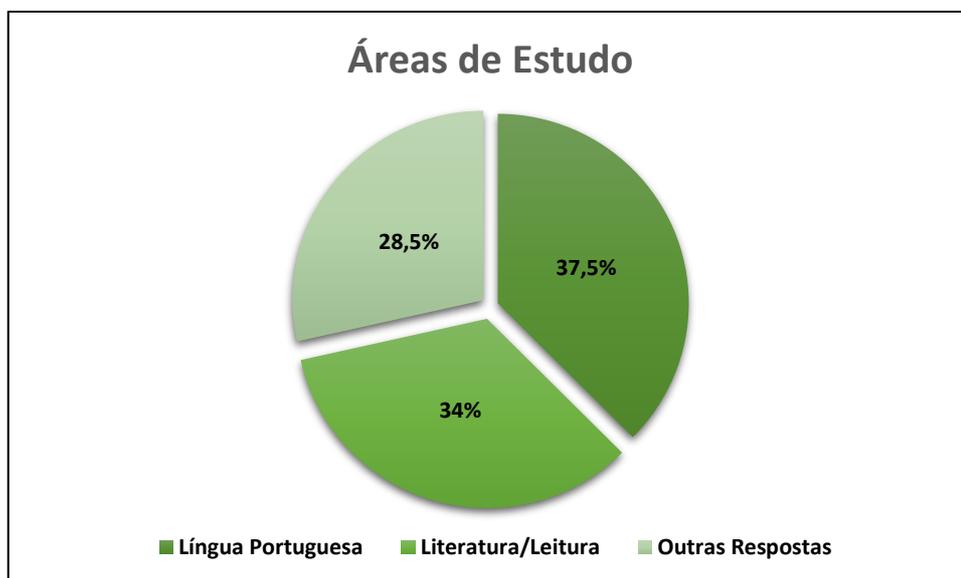


Como é possível visualizar no gráfico 1, os dados indicam que a maioria dos ingressantes do curso de Letras em 2018 nunca frequentou o ensino superior, ou seja, de acordo com os resultados, predominantemente, o último nível de formação desses estudantes foi o Ensino Médio. Trata-se de um dado importante, pois, em geral, entre os estudantes da educação básica, inclusive os do Ensino Médio, há uma tendência em se relacionar o conhecimento da Língua Portuguesa à aquisição da norma padrão, pelo domínio das prescrições da gramática normativa. A fim de verificar se também essa é a crença dos novos acadêmicos de Letras, nos primeiros dias do ano letivo, durante o período de recepção acadêmica, foi solicitado aos estudantes que respondessem, por escrito, à seguinte questão: “Por que você escolheu o curso de Letras?” Além disso, a questão proposta teve como objetivo verificar quais seriam os anseios e expectativas dos ingressantes a respeito do curso. É importante destacar ainda que, como a atividade foi realizada na primeira semana de aula, naquele momento, ainda não haviam participado de numa aula teórica sobre conteúdos específicos de Língua Portuguesa e/ou de variação linguística.

A partir das respostas obtidas, foram definidos três grupos temáticos: 1- **Língua Portuguesa** – em que foram inseridas as respostas que explicitavam o interesse pelo estudo da Língua Portuguesa;

2- Literatura/Leitura - em que foram agrupadas respostas que colocavam o interesse do estudante pelos estudos literários ou pela leitura; **3- Outras respostas** – em que foram inseridas respostas que indicavam outras motivações dos informantes que não o interesse pela Língua Portuguesa ou pela Literatura/Leitura. É importante destacar que os dois primeiros grupos foram definidos a partir das grandes áreas de estudo do curso de Letras, ou seja, estudos da língua e estudos literários. A opção de estabelecer essa primeira categorização teve como objetivo inicial verificar o perfil geral do estudante quanto à sua preferência pela área de estudo: língua ou literatura. Dessa forma, foram obtidas 56 respostas, visto que 8 informantes apresentaram em suas respostas interesse tanto pelas áreas de Língua Portuguesa quanto de Literatura/Leitura. No gráfico, a seguir, é apresentada a distribuição das respostas nos grupos que refletem as grandes áreas de estudo:

Gráfico 2 – Áreas de Estudo

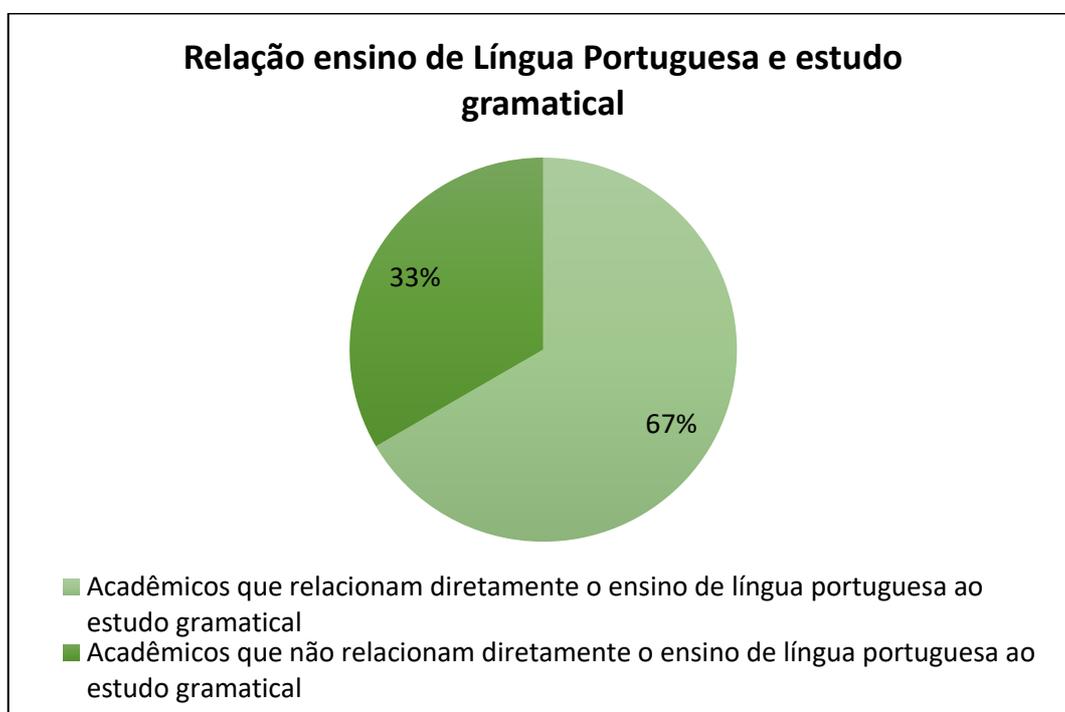


De acordo com gráfico, há um relativo equilíbrio entre os estudantes ingressantes quanto ao seu interesse pela área de estudo no curso, visto que 37,5% (21) disseram que a motivação para ingressar no curso de Letras consiste no interesse pela área de Língua Portuguesa; 34% (19) disseram que sua motivação se refere ao interesse pela Literatura/Leitura; e 28,5% deram outras respostas, tais como, “influência de parentes, amigos, ou professores”, “falta de opção”, “gosto pela área”. Embora a diferença entre os dois primeiros grupos seja relativamente pequena (3,5%), a maioria dos ingressantes manifestaram o interesse pelo estudo da Língua Portuguesa no Curso de Letras.

Considerando-se o principal objetivo desta pesquisa, que é o de avaliar a expectativa dos

alunos do curso de Letras ao iniciarem seu percurso acadêmico e, por conseguinte, verificar qual a visão que os alunos apresentam em relação ao estudo da língua no curso de Letras, os dados representativos das respostas relativas à área de Literatura/Leitura, bem como os dados referentes a outras respostas foram descartados. Portanto, a análise que será apresentada a seguir toma como base apenas os dados relativos aos informantes que disseram ter escolhido o curso de Letras em virtude de seu interesse pelo estudo da Língua Portuguesa. No gráfico 3, serão apresentados os resultados referentes aos estudantes que vinculam o ensino de Língua Portuguesa diretamente ao estudo da gramática normativa e aqueles que não fazem tal vinculação diretamente.

Gráfico 3 – Relação ensino de Língua Portuguesa e estudo gramatical



Com relação aos estudantes cuja motivação para ingressar no curso de Letras foi o estudo da Língua Portuguesa, 66,6% dos informantes, em suas respostas, vincularam o estudo da Língua Portuguesa diretamente ao estudo da gramática. Os exemplos 1, 2, 3 e 4, retirados das respostas apresentadas pelos informantes, enfatizam essa tendência dos estudantes.

- (1) Eu escolhi cursar letras, para me aprofundar na gramática [...] (**Informante 14**)
- (2) Escolhi Letras por causa do meu interesse em gramática, já literatura, eu ainda tenho interesse, mas nem tanto. (**Informante 22**)
- (3) Porque tenho bastante interesse pela parte da gramática [...] (**Informante 29**)
- (4) Tenho muito interesse pela gramática e literatura principalmente pela gramática [...] (**Informante 30**)

Tanto os dados percentuais, quanto os exemplos sugerem que esses estudantes buscam no curso de Letras o ensino gramatical, aqui entendido como ensino normativo, dado que esses alunos, pelo fato de terem acabado de ingressar no universo acadêmico, desconheciam as outras gramáticas (descritiva, funcional etc.). Observa-se que a referência direta ao estudo da gramática se repete nos três exemplos. Essa ênfase no estudo gramatical como principal interesse para que esses estudantes escolhessem o curso de Letras, pode, de certa forma, revelar que o objetivo desse público é a aquisição da norma padrão, o que, em tese, não teria acontecido na escola, mas poderá ser alcançado no curso de Letras.

Os demais informantes (33,4%) também relataram o interesse pela área de Língua Portuguesa, mas sem uma referência direta ao estudo gramatical, como se observa nos exemplos (5) e (6), a seguir:

(5) A comunicação falada e escrita é uma forma clara de expressar ideias e sempre me fascinou a complexidade das palavras e estruturas das linguagens. Sempre quis me aprofundar no assunto. **(Informante 37)**

(6) Escolhi Letras porque quero aprender mais sobre a Língua Portuguesa. **(Informante 45)**

Analisando as respostas, é possível verificar que tais informantes, de certa forma, também relacionam o estudo da língua ao ensino gramatical, pois é essa a ideia de Ensino de Língua Portuguesa que subjaz sua opção. No exemplo 5, em princípio, o informante aparenta uma concepção de língua mais ampla, pois a considera como uma forma de expressão que se realiza por meio da fala e da escrita. No entanto, quando em sua resposta menciona as expressões “complexidade das palavras” e “estruturas das linguagens”, é possível relacionar tais expressões a uma ideia de complexidade gramatical que, na maioria das vezes, refere-se à gramática normativa.

Assim, os dados analisados sugerem que, em geral, os estudantes ingressantes no curso de Letras que indicaram o interesse pela área de Língua Portuguesa, como motivação para escolherem o curso, associam o estudo da língua ao ensino gramatical. Dentre os informantes, apenas um apresentou uma resposta diferente e inesperada, uma vez que sua opção pelo curso de Letras se deve ao desejo de querer “ampliar o conhecimento linguístico tanto na fala como na escrita (muito mais na escrita).” **(Informante 46)**.

Uma informação que não pode ser desconsiderada diz respeito ao perfil dos informantes. No início desta análise, destacou-se que a maioria dos informantes nunca iniciou ou concluiu uma graduação antes, ou seja, em geral, o último nível de formação dos informantes foi o Ensino Médio.



Esse dado é relevante, pois revela que o estudante, ao final da educação básica, traz consigo a crença de que o saber linguístico está associado diretamente ao domínio da norma padrão. Dessa forma, para esse público, o conhecimento das prescrições da gramática normativa é o único caminho para a aquisição da norma padrão. Além disso, essa informação também sugere que, em tese, a escola não está conseguindo superar a concepção de ensino de Língua Portuguesa com ênfase ao estudo da gramática normativa.

4- Considerações Finais

O processo de ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa na escola deve possibilitar ao aluno o desenvolvimento de suas habilidades linguísticas, de forma que consiga empregar diferentes variedades linguísticas, adequadas às situações de uso, em vistas à sua inserção e emancipação social. Portanto, é importante que as práticas pedagógicas em torno da língua possibilitem, paralelamente ao ensino da norma padrão, o trabalho com a diversidade linguística, isto por que, “[...] a natureza variável da língua é um pressuposto fundamental que orienta e sustenta a observação, a descrição e interpretação do comportamento linguístico.” (CAMACHO, 2006, p. 42). Nesse sentido, a Pedagogia da variação se apresenta como uma alternativa interessante, uma vez que, além de possibilitar o estudo dos fenômenos variáveis da língua e, por conseguinte, da própria diversidade linguística, pode contribuir para que se desfaçam crenças e atitudes equivocadas, inclusive no ambiente escolar, de que o saber linguístico se dá por uma via apenas: a aquisição e domínio da norma padrão.

O curso de Letras tem como objetivo a formação de professores para a Educação Básica. De acordo com os dados analisados neste trabalho, ao ingressarem na universidade, de modo geral, os estudantes de Letras da universidade em questão trazem consigo a crença de que estudar Língua Portuguesa consiste no estudo gramatical.

Assim, é necessário que o processo formativo pelo qual os estudantes passarão até a integralização do curso de Letras possibilite a eles uma mudança de concepção, de forma que o estudo da língua não seja apenas vinculado ao ensino gramatical, numa perspectiva prescritivista, mas que favoreça um estudo científico das teorias da linguagem, por meio das quais seja possível conhecer os diferentes níveis de descrição da língua, bem como compreender o seu funcionamento e a sua diversidade de usos.

Além disso, é importante também que a formação dos acadêmicos de Letras os instrumentalize para o trabalho na sala de aula, de forma que, em sua prática docente, esses futuros professores possam desenvolver um trabalho com a língua, a partir de uma abordagem que contemple



a variação linguística.

Dessa forma, é importante que os futuros professores tenham a clareza de que, paralelamente ao trabalho com a norma culta, que, aliás, é dever da escola e direito do estudante, conforme esclarecem Possenti (1996) e Faraco (2004), é necessário que sejam trabalhadas outras variedades linguísticas, destacando-se as possibilidades de uso e a necessidade de adequação linguística aos diferentes contextos de interação.

Referências

- AGUILERA, Vanderci de Andrade. Crenças e atitudes linguísticas: quem fala a língua brasileira?. In: RONCARATI, Cláudia; ABRAÇADO, Jussara. (Org.). *Português brasileiro II: contato linguístico, heterogeneidade e história*. Niterói: Editora Federal Fluminense, 2008.
- BARCELOS, Ana Maria Ferreira; VIEIRA-ABRAHÃO, Maria Helena. *Crenças e ensino de línguas: foco no professor, no aluno e na formação de professores*. Campinas: Pontes, 2006.
- CAMACHO, Roberto Gomes. Sociolinguística – parte 2. In: MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna Christina. *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*, v. 1. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. Variação dialetal brasileira e ensino institucionalizado da Língua Portuguesa. In: BAGNO, Marcos. *Linguística da Norma*. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2004.
- CYRANKA, Lúcia Furtado de Mendonça. *Atitudes linguísticas de alunos de escolas públicas de Juiz de Fora-MG*. 2007. 178 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- FARACO, Carlos Alberto; ZILLES, Ana Maria. *Para conhecer norma linguística*. São Paulo: Contexto, 2017.
- FARACO, Carlos Alberto. Norma-padrão brasileira: desembaraçando alguns nós. In: BAGNO, Marcos (org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2004.
- FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008.
- LAMBERT, Wallace Earl. A Social Psychology of Bilingualism. [1967] In: PAULSTON, Christina Bratt; TUCKER, G. Richard (orgs.). *Sociolinguistics: the essential readings*. Malden, MA: Blackwell Publishing, 2003.
- LAMBERT, William Wilson. e LAMBERT, Wallace Earl. O significado Social das atitudes. In: *Psicologia Social*. Tradução: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.
- MORENO-FERNÁNDEZ, Francisco. *Principios del sociolingüística y sociología del lenguaje*. Barcelona: Ariel, 1998.
- POSENTI, Sirio. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas: Mercado de Letras/ALB, 1996.
- _____. Um programa mínimo. In: BAGNO, Marcos. *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2004.
- PRETI, Dino. A propósito do conceito de discurso oral culto: a língua e as transformações sociais. In: PRETI, Dino (org.). *O discurso oral culto*. São Paulo: Humanitas, 2005.
- SANTOS, Emmanoel. *Mobilidade social e atitudes lingüísticas*. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional, 1976.
- _____. *Certo ou errado?: atitudes e crenças no ensino da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Graphia, 1996.
- SILVA, Flávio Brandão. *A abordagem da variação linguística no ensino de Língua Portuguesa em instituições públicas de ensino do Estado do Paraná*. 2017. 221 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.
- TAYLOR, Orlando L. Teacher's attitudes toward black and nonstandard English as measured by the language-attitude scale. In: SHUY W. Roger; FASOLD, Ralph W. (Ed.). *Language attitudes: current trends and prospects*. Washington: Georgetown University, 1973.

[RECEBIDO: setembro de 2018]

[ACEITO: maio de 2019]